



Demonstrações financeiras

XP Controle 5 Participações S.A.

31 de dezembro de 2023



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da XP Controle 5 Participações S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESEMPENHO

Em 31 de dezembro de 2023, a XP Controle 5 detém participação minoritária no capital da Monte Bravo Holding JV S.A. (“Monte Bravo”), Blue3 S.A. (“Blue3”) e Ctrl+e Participações Ltda. (“Ável”), membros da rede credenciada de Agentes Autônomos de Investimentos “AAIs” do Grupo XP.

O valor justo da contraprestação total registrada para essas aquisições durante todo o período findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 834.743, incluindo o ágio no valor total de R\$ 537.671. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, R\$ 45.000 do total da contraprestação foram pagos.

GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesses e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio da formalização de políticas, procedimentos e metodologias consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio. São monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e de subscrição. Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a XP Controle 5 declarou e pagou dividendos aos seus acionistas no valor total de R\$ 121.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
XP Controle 5 Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XP Controle 5 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



XP Controle 5 Participações S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



XP Controle 5 Participações S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Signed By: TATIANA FERNANDES KAGOHARA GUEORGUIEV 24975821816
CPF: 24975821816
Signing Time: 30 de abril de 2024 | 18:35 BRT
© ICP-Brasil. OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
© BR
Issued: AC SERASA RFB v3

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

XP Controle 5 Participações S.A.
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
Disponibilidades		-	4.163	20
Ativos financeiros		-	-	4.033
Valor justo por meio do resultado		-	-	4.033
Títulos e valores mobiliários		-	-	4.033
Outros ativos		125	177	13
Despesas antecipadas		-	-	-
Impostos e contribuições a compensar		125	177	13
Ativo fiscal diferido		985	-	-
Investimentos	4	834.743	-	-
Total do ativo		835.853	4.340	4.066
Passivo				
Passivos financeiros		792.627	-	-
Avaliados ao custo amortizado		792.627	-	-
Outros passivos financeiros	5	792.627	-	-
Outros passivos		1	85	19
Obrigações fiscais e previdenciárias		-	74	12
Outros passivos		1	11	7
Patrimônio líquido	6	43.225	4.255	4.047
Capital social		45.001	4.000	4.000
Reservas de capital		134	255	47
Prejuízos acumulados		(1.910)	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		835.853	4.340	4.066

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

XP Controle 5 Participações S.A.
Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida		-	436
Despesas administrativas		(24)	(156)
Despesas de pessoal		(17)	(110)
Despesas tributárias		-	(10)
Outras despesas administrativas		(7)	(38)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(2.871)	1
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(2.895)	279
Imposto de renda e contribuição social	7	985	(71)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		(1.910)	208
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do Resultado e Abrangente		(1.910)	208
Lucro/(Prejuízo) básico por ação		(0,5737)	0,0520

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

XP Controle 5 Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	4.000	47	-	4.047
Lucro líquido	-	-	208	208
Destinação do lucro	-	208	(208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.000	255	-	4.255
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.000	255	-	4.255
Aumento/(Redução) de capital (Nota 6)	41.001	-	-	41.001
(Prejuízo)	-	-	(1.910)	(1.910)
Dividendos distribuídos (Nota 6)	-	(121)	-	(121)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.001	134	(1.910)	43.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Controle 5 Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(Prejuízo)	(1.910)	208
Ajustes ao lucro líquido/ (Prejuízo)		
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 7)	(985)	-
Lucro líquido/(Prejuízo) ajustado	(2.895)	208
Varição dos ativos e passivos operacionais	(25)	4.040
Títulos e valores mobiliários	-	4.033
Impostos e contribuições	52	(164)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(67)	167
Outros passivos	10	4
Impostos pagos	(7)	(105)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(2.927)	4.143
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de investimento (Nota 4)	(42.116)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(42.116)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital/(Redução) (Nota 6)	41.001	-
Distribuição de dividendos (Nota 6)	(121)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	40.880	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.163)	4.143
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.163	20
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	4.163
Disponibilidades	-	4.163

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)****1. Contexto Operacional**

A XP Controle 5 Participações S.A. ("Companhia" ou "XP Controle 5") tem sua sede localizada na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon, CEP 22440-032, Rio de Janeiro - Brasil.

A XP Controle 5 é uma holding, controlada diretamente pela XP Investimentos S.A., que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control LLC.

A XP Controle 5 detém participações minoritárias do capital da Ável (CTRL+E PARTICIPAÇÕES LTDA), Blue3 S.A e Monte Bravo (MONTE BRAVO HOLDING S.A.).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2024.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras**(a) Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Estas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 representam as primeiras demonstrações financeiras em IFRS da companhia, devendo seguir os requerimentos do IFRS 1 – First-time adoption of International Financial Reporting Standards.

O IFRS 1 é aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração das suas demonstrações contábeis anuais ou intermediárias pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação em IFRS.

Em geral, o IFRS 1 requer que uma entidade atenda a cada uma das normas contábeis vigentes em IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração contábil em IFRS.

A norma concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis. Adicionalmente, o IFRS 1 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis ou critérios em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições do passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

A XP Controle 5 elaborou seu balanço patrimonial inicial em 1º de janeiro de 2022, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, por meio da aplicação das normas e políticas contábeis, das bases de mensuração descritas na nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

A moeda funcional da Companhia é o Real ("R\$"), sendo todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras arredondados e em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A administração considera que as premissas empregadas são pertinentes e que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

Em acordo com CPC 36/IFRS 10, a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora. Dessa forma, a XP Controle 5 não apresentou suas demonstrações financeiras consolidadas, pois a mesma é controlada da XP Investimentos S.A, a qual apresentou as suas demonstrações consolidadas em 01 de abril de 2024 e cumpriu todos os requisitos do item 4(a) do referido CPC 36/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

(b) Novas normas e interpretações

Novas normas e interpretações contábeis que não são obrigatórias para o período de relatório de 31 de dezembro de 2023 foram publicadas e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que estas normas tenham um impacto material sobre a Companhia nos períodos de relatório atuais ou futuros, e sobre transações futuras previsíveis.

3. Resumo das políticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata.

(b) Instrumentos financeiros ativos e passivos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade.

1) Ativos financeiros***Reconhecimento inicial e mensuração***

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios da entidade para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são “Somente Pagamento de Principal e Juros” (o critério “SPPJ”) sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócios da entidade para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo da entidade é receber fluxos de caixa e manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a entidade se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente**i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR")**

Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se o teste de fluxo de caixa contratual falhar ou se o modelo de negócios da entidade for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Os ativos financeiros na VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são títulos e valores mobiliários detidos e/ou vendidos a descoberto.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente baixado (isto é, retirado da demonstração financeira) quando:

- Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A entidade transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasso"; e (a) a entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a entidade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a entidade transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, a entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que a entidade reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que a entidade poderia ser obrigada a pagar.

Impairment de ativos financeiros

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (um ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já inadimplentes, uma provisão para perdas é requerida para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

A entidade classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Vencidos até 30 dias. Entende-se que um ativo financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante de uma possível inadimplência nos próximos 12 meses.

Estágio 2: mais de 30 dias em atraso. Se um aumento significativo do risco de crédito for identificado à partir do reconhecimento inicial, e nenhuma perda for realizada, o ativo financeiro se enquadra nesta etapa. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada reflete a perda estimada do ativo financeiro pelo restante da vida útil do mesmo.

Estágio 3: mais de 90 dias em atraso. A entidade considera um ativo financeiro em atraso quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 90 dias. Entretanto, em certos casos, a entidade também pode considerar um ativo financeiro em inadimplência quando informações internas ou externas indicarem que é improvável que a entidade receba os valores contratuais pendentes na sua totalidade antes de considerar quaisquer aumentos nos riscos de crédito detidos pela entidade. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber e outros ativos contratuais, a entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das ECLs. Portanto, a entidade não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas ECLs durante a vida útil em cada data de relatório. A entidade estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em sua perda histórica de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para os instrumentos de dívida classificados como VJORA, a entidade aplica a simplificação para atuar com baixo risco de crédito. Em cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras, a entidade avalia se o instrumento de dívida é considerado com baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Ao fazer essa avaliação, a entidade reavalia a classificação de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, a entidade considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.

A entidade considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a entidade também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que a entidade receba integralmente os valores pendentes de contratos antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela entidade. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

2) Passivo financeiro***Reconhecimento inicial e mensuração***

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (“VJR”), custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso do custo amortizado, são deduzidos dos custos da transação diretamente atribuíveis.

i. Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva (“EIR”). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelos juros incorridos.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da EIR. A amortização da EIR está incluída na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 7.

4) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado nos balanços patrimoniais se, e somente se, houver um direito legal atualmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Investimentos

Controladas são aquelas sociedades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial após adequação às práticas contábeis do controlador.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)****(d) Imposto de renda e contribuição social**

A XP Controle 5, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão compensados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. Investimentos**a) Movimentação dos investimentos**

Empresas	Saldo em 31/12/22	Aquisição e/ou aumento de capital	Ágio	Saldo em 31/12/23
Ável	-	42.000	188.000	230.000
Blue3	-	56.175	106.575	162.750
Monte Bravo	-	198.897	243.096	441.993
Total	-	297.072	537.671	834.743

b) Participação societária e informações financeiras das investidas

Controlada	% de participação	31/12/2023
		Valor do Patrimônio Líquido
Ável	35%	53.884
Blue3	42%	2.415
Monte Bravo	45%	15.453

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

A XP Controle 5 adquiriu participação minoritária no capital da Monte Bravo Holding JV S.A. (“Monte Bravo”) em 28 de dezembro de 2023, Blue3 S.A. (“Blue3”) em 29 de dezembro de 2023 e Ctrl+e Participações Ltda. (“Ável”) em 21 de dezembro de 2023, membros da rede credenciada de Agentes Autônomos de Investimentos “AAIs” do Grupo XP.

O montante envolvido na aquisição foi de R\$ 834.743, sendo (i) R\$ 42.116 de caixa (ii) 50.000 de contraprestação contingente (iii) 742.627 de contas a pagar.

5. Outros passivos financeiros

	2023	2022	2021
Contraprestação contingente (i)	50.000	-	-
Outros (ii)	742.627	-	-
Total	792.627	-	-
Circulante	742.627	-	-
Não circulante	50.000	-	-

(i) Contraprestações contingentes contratuais principalmente associadas à aquisição de investimentos (Nota 4). O prazo de pagamento da contraprestação contingente total é de até 2 anos e o valor máximo contratual a pagar é de R\$ 50.000.

(ii) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de investimentos, sendo R\$ 682.627 em janeiro de 2024, R\$ 35.000 em janeiro de 2025 e R\$ 35.000 em janeiro de 2026. Os montantes com data posterior a janeiro 2024 possuem correção de 100% do CDI.

6. Patrimônio Líquido**(a) Capital social e reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da XP Controle 5, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 45.001 (R\$ 4.000 em 2022) dividido em 45.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2023 (4.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2022).

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado no balanço individual da controladora XP Controle 5.

A reserva estatutária é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço após as destinações legais.

(c) Distribuição de lucros

É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do período após as destinações específicas.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a XP Controle 5 não declarou e não pagou dividendos aos acionistas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a XP Controle 5 declarou e pagou dividendos aos seus acionistas no valor total de R\$ 121.

(d) Aumento de Capital

Em 21 de dezembro de 2023, houve de capital da XP Controle 5, mediante a emissão de 45.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 45.000. O aumento foi efetivado pela alteração no contrato social da Companhia.

Em 30 de junho de 2023, houve redução de capital da XP Controle 5, mediante o cancelamento de 3.999.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 3.999. A redução foi efetivada pela alteração no contrato social da Companhia.

7. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes dos impostos	(2.895)	279
Alíquota aplicável à XP Controle 5	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota aplicável	985	95
Efeito adicional de Imposto de Renda	-	(24)
Imposto de renda e contribuição social	(985)	71
Corrente	-	71
Diferido	(985)	-

8. Determinação do valor justo

A Companhia avalia instrumentos financeiros, tais como investimentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira.

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores).

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário.

Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. É o caso dos títulos representativos de patrimônio líquido não listados e contraprestação contingente.

Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo.

31/12/2023

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Passivos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Outros passivos financeiros	-	742.627	50.000	792.627	792.627

Não havia ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022.

01/01/2022

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Passivos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários	-	4.033	-	4.033	4.033

9. Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores, prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade.

(a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários executivos, membros do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

Remuneração do pessoal-chave da Administração	2023	2022
Remuneração fixa	6	77
Total	6	77

(b) Partes relacionadas

		2023	2022	2021
Títulos e valores mobiliários		-	-	4.033
Outros passivos	Relacionada	1	11	8
Resultado de instrumentos financeiros	Relacionada	-	458	157
Despesas administrativas	Relacionada	(11)	(33)	-

10. Gerenciamento de risco**(a) Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Controle 5. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de riscos da XP Controle 5 são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Controle 5. A XP Controle 5, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises etc.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.

XP Controle 5 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

- Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo.
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de Risco da Companhia, que visa a garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por *rating*, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira, e com base no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros.

A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, de emissões e emissores com os quais as empresas da XP Controle 5 mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da Companhia, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito e está demonstrado no quadro abaixo:

(c) Risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela alta administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à diretoria executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez.

XP Controle 5 Participações S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Em milhares de reais)**

O controle de risco de liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem.

Os principais compromissos da Companhia estão relacionados aos planos PGBL/VGBL, os quais estão integralmente lastreados por aplicações em Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos.

Para o cenário estressado, são considerados atrasos nos ativos de crédito privado e quanto um eventual stress afetaria as condições de liquidez da Companhia.

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Controle 5, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos.

Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Controle 5 adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, conseqüentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Controle 5, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Controle 5.

O objetivo da XP Controle 5 é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Controle 5 para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

XP Controle 5 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- (viii) Padrões éticos e comerciais.

Jairo Luiz de Araújo Brito

Contador - CRC: RJ-110743/O-4

Rogério Bessa Júnior

Contador – CRC: SP-1SP298461-06

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 81BD627CE3C24A33939CA914F0CCCB85

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: XPCONTROLE5PART23.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 22

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Izabelle Buson da Costa de Oliveira

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

izabelle.buson@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.3

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Izabelle Buson da Costa de Oliveira

Local: DocuSign

30 de abril de 2024 | 14:07

izabelle.buson@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

30 de abril de 2024 | 18:35

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

tatiana.fernandes@pwc.com

Sócia

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:



959DEA12458D406...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.65

Registro de hora e data

Enviado: 30 de abril de 2024 | 14:10

Visualizado: 30 de abril de 2024 | 18:29

Assinado: 30 de abril de 2024 | 18:35

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Izabelle Buson da Costa de Oliveira

Copiado

Enviado: 30 de abril de 2024 | 18:35

izabelle.buson@pwc.com

Visualizado: 30 de abril de 2024 | 18:35

PwC BR

Assinado: 30 de abril de 2024 | 18:35

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de abril de 2024 14:10
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de abril de 2024 18:29
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de abril de 2024 18:35
Concluído	Segurança verificada	30 de abril de 2024 18:35

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------